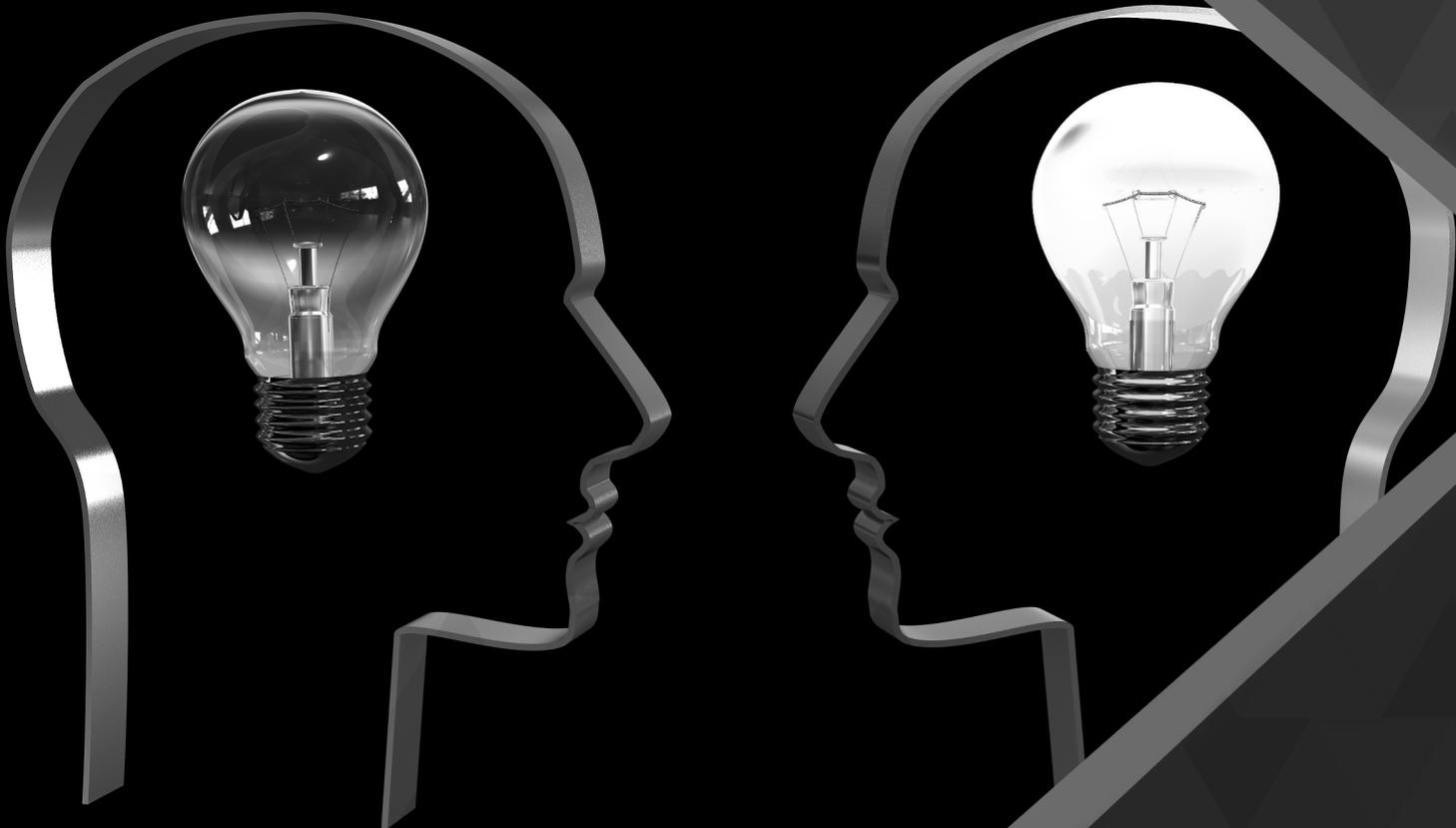


Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-914-1
 DOI 10.22533/at.ed.141201301

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas, coletânea de vinte e dois capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Numa mistura entre música, dança, folclore e nordeste brasileiro, DIÁLOGO CRIATIVO: TECNOLOGIA, ARTE E NARRATIVA POPULAR, de Amanda Lopes Galvão, apresenta considerações para pensarmos coreografias além da dança em si. Ainda na música, COMPOSIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDENTIDADE NA “CHORATA NO. 1” DE CARLOS ALMADA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE E ESCRITO DO “CHORO”, de Celso Garcia de Araújo Ramalho, Paulo Henrique Loureiro de Sá, Bartolomeu Wiese Filho, Marcus de Araújo Ferrer, Henrique Leal Cazes e Marcello Gonçalves, aborda composição, interpretação, além da interface teoria e prática do choro.

A arte e suas múltiplas formas de materialização ainda está presente em A POESIA COMO RECURSO IMAGÉTICO PARA COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DO ESPETÁCULO “PEQUENAS DANÇAS PARA NÃO ESQUECER”, de Victor Hugo Neves de Oliveira, Camila Aparecida M. Belarmino, Miguel Eugenio Barbosa Segundo e Taciana Assis Bezerra Negri, e em A ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM, de Samanta de França Serrano, quando, no primeiro, é verificável os diálogos possíveis entre poesia, música e coreografia, e, no segundo, a arte rupestre, formas de marcação do homem para o tempo e a história, possibilita a interpretação e conhecimento do momento pré-histórico vivido. CAVALEIROS NO NOVO MUNDO: OS JESUÍTAS E A CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA, de Marcus Baccega, resgata as contribuições de Inácio de Loyola para aferição da herança medieval a partir da colonização do espaço americano que teve significativa participação dos jesuítas.

Ensino, produção científica e políticas públicas encontram amparo em AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, de Maria Priscila da Costa da Silva, Maria do Socorro de Sousa, Railane Bento Vieira Saboia, Andréa Pereira Rocha e Francisco Ricardo Miranda Pinto, REFLEXÕES SOBRE O STATUS DA LÍNGUA INGLESA NO ATUAL CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL, de Sylvia Cristina de Azevedo Vitti, CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA, de Rochelle de Arruda Moura, José Airton Nascimento Diógenes Baquit e Karla Patrícia Martins Ferreira, PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL (ÚLTIMOS ANOS), de Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil e Maria Eleni Henrique da Silva, POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL, de Simone Rezende da Silva, Tathianni Cristini da

Silva e Erika Megumy Tsukada, e O DESAFIO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: SOB QUAIS DIRETRIZES?, de Jussete Rosane Trapp Wittkowski e Stela Maria Meneghel.

Projetos de extensão e ações que envolvem a comunidade universitária como um todo são pontos de partida para contribuições como PROJETO DEZ: SOCIEDADE BENEFICENTE E DE AÇÃO SOCIOEDUCATIVO - SOBASE, de Cleonaldo Pereira Cidade, Charlene Ferreira dos Santos e Zenilda Rosa de Oliveira, O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO ALUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA EMEIF ODIL PONTES EM TOMÉ-AÇU/PA, de Ana Marcia Gonzaga Rocha e Rosileide de Jesus de Souza Melo, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO DE EXTENSÃO FISIOALEGRIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP-DF, de Mauro Trevisan, José Geraldo C. Trindade, Milene Pereira dos Santos e Rudimila Santos Silveira, e DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NA GESTÃO E SERVIÇO EM ESTABELECIMENTOS ALIMENTÍCIOS LOCALIZADOS NO ENTORNO DA UFRPE-RECIFE, de Ana Karla de Melo Silva, Lais Celeste Vasconcelos, Ana Regina Bezerra Ribeiro, Maria Iraê de Souza Corrêa e Edenilze Teles Romeiro.

A inserção do sujeito mediante práticas de acesso junto a grupos minoritários é o foco em ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO POR AGÊNCIAS DE RECURSOS HUMANOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, de Erika Tamires Silva Ribeiro, Gabrielle Helbusto Horle Bongiovanni, Márcia Bianca Germiniani, Maria Jennifer Santos Vargas, Maximilian Espuny e Fernanda de Oliveira Silva, enquanto que em DIREITOS HUMANOS VERSUS CRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, de Emilie Collin Silva Kluwen e Eveline de Sousa Landim, e VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA, de Criziene Melo Vinhal, expõem as relações humanas e os diálogos permeados com as ciências jurídicas.

Por fim, mas não menos importante, temos ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS ELITES ESTRATÉGICAS DO PODER ECONÔMICO, de Marcelo Gonçalves Marcelino e Gerson Laerte da Silva Vieira, que frisa a relação entre governança da principal e mais importante instituição financeira e econômica do país, o Banco Central do Brasil, como espaço marcado pela presença das elites nacionais na condução de suas ações.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIÁLOGO CRIATIVO: TECNOLOGIA, ARTE E NARRATIVA POPULAR	
Amanda Lopes Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1412013011	
CAPÍTULO 2	9
COMPOSIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDENTIDADE NA “CHORATA NO. 1” DE CARLOS ALMADA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE E ESCRITA DO “CHORO”	
Celso Garcia de Araújo Ramalho	
Paulo Henrique Loureiro de Sá	
Bartolomeu Wiese Filho	
Marcus de Araújo Ferrer	
Henrique Leal Cazes	
Marcello Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.1412013012	
CAPÍTULO 3	26
A POESIA COMO RECURSO IMAGÉTICO PARA COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DO ESPETÁCULO “PEQUENAS DANÇAS PARA NÃO ESQUECER”	
Victor Hugo Neves de Oliveira	
Camila Aparecida M. Belarmino	
Miguel Eugenio Barbosa Segundo	
Taciana Assis Bezerra Negri	
DOI 10.22533/at.ed.1412013013	
CAPÍTULO 4	37
A ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM	
Samanta de França Serrano	
Deusdedith Rocha Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1412013014	
CAPÍTULO 5	57
CAVALEIROS NO NOVO MUNDO OS JESUÍTAS E A CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA	
Marcus Baccega	
DOI 10.22533/at.ed.1412013015	
CAPÍTULO 6	71
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Maria Priscila da Costa da Silva	
Maria do Socorro de Sousa	
Railane Bento Vieira Saboia	
Andréa Pereira Rocha	
Francisco Ricardo Miranda Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.1412013016	

CAPÍTULO 7	83
REFLEXÕES SOBRE O STATUS DA LÍNGUA INGLESA NO ATUAL CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.1412013017	
CAPÍTULO 8	101
CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Rochelle de Arruda Moura	
José Airton Nascimento Diógenes Baquit	
Karla Patrícia Martins Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1412013018	
CAPÍTULO 9	108
PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL (ÚLTIMOS ANOS)	
Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil	
Maria Eleni Henrique da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1412013019	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	
Simone Rezende da Silva	
Tathianni Cristini da Silva	
Erika Megummy Tsukada	
DOI 10.22533/at.ed.14120130110	
CAPÍTULO 11	132
O DESAFIO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: SOB QUAIS DIRETRIZES?	
Jussete Rosane Trapp Wittkowski	
Stela Maria Meneghel	
DOI 10.22533/at.ed.14120130111	
CAPÍTULO 12	140
PROJETO DEZ: SOCIEDADE BENEFICENTE E DE AÇÃO SOCIOEDUCATIVO - SOBASE	
Cleonaldo Pereira Cidade	
Charlene Ferreira dos Santos	
Zenilda Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.14120130112	
CAPÍTULO 13	145
O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO A LUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA EMEIF ODIL PONTES EM TOMÉ-AÇU/PA	
Ana Marcia Gonzaga Rocha	

Rosileide de Jesus de Souza Melo

DOI 10.22533/at.ed.14120130113

CAPÍTULO 14 159

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO DE EXTENSÃO FISIOALEGRIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP-DF

Mauro Trevisan

José Geraldo C. Trindade

Milene Pereira dos Santos

Rudimila Santos Silveira

DOI 10.22533/at.ed.14120130114

CAPÍTULO 15 173

DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NA GESTÃO E SERVIÇO EM ESTABELECIMENTOS ALIMENTÍCIOS LOCALIZADOS NO ENTORNO DA UFRPE-RECIFE

Ana Karla de Melo Silva

Lais Celeste Vasconcelos

Ana Regina Bezerra Ribeiro

Maria Iraê de Souza Corrêa

Edenilze Teles Romeiro

DOI 10.22533/at.ed.14120130115

CAPÍTULO 16 184

ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO POR AGÊNCIAS DE RECURSOS HUMANOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Erika Tamires Silva Ribeiro

Gabrielle Helbusto Horle Bongiovanni

Márcia Bianca Germiniani

Maria Jennifer Santos Vargas

Maximilian Espuny

Fernanda de Oliveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.14120130116

CAPÍTULO 17 197

DIREITOS HUMANOS VERSUS CRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Emilie Collin Silva Kluwen

Eveline de Sousa Landim

DOI 10.22533/at.ed.14120130117

CAPÍTULO 18 203

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Criziene Melo Vinhal

DOI 10.22533/at.ed.14120130118

CAPÍTULO 19	218
ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS ELITES ESTRATÉGICAS DO PODER ECONÔMICO	
Marcelo Gonçalves Marcelino Gerson Laerte da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.14120130129	
CAPÍTULO 20	236
INTERDISCIPLINARIDADE FONOAUDIOLOGIA E EDUCAÇÃO PONTO DE PARTIDA PARA O TRABALHO COLABORATIVO	
Marília Piazzzi Seno Simone Aparecida Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.14120130120	
CAPÍTULO 21	245
ESPAÇOS EDUCATIVOS UMA RELAÇÃO ENTRE ARQUITETURA E EDUCAÇÃO	
Eduardo Trovó Palmieri Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama	
DOI 10.22533/at.ed.14120130121	
CAPÍTULO 22	257
MITOPOIESIS: RELAÇÃO ENTRE DIREITO, FILOSOFIA, RELIGIÃO E ARTES	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.14120130122	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS ELITES ESTRATÉGICAS DO PODER ECONÔMICO

Data de aceite: 20/12/2019

Marcelo Gonçalves Marcelino

Graduado em Ciências Econômicas e Ciências Sociais pela UFPR, licenciado em Matemática pela UTFPR, especialista em Sociologia Política, mestre e doutorando em sociologia todos pela UFPR; professor, pesquisador, escritor e consultor acadêmico; email: mgmarcelino10@yahoo.com.br

Gerson Laerte da Silva Vieira

Graduado em Ciências Contábeis pela ULBRA –RS com pós-graduação em gestão das políticas públicas –UNICAMP e com MBA em gestão bancária –UF no Ceará, pesquisador genealogista, email: gelavieira@gmail.com

RESUMO: O presente artigo procura desenvolver uma análise das trajetórias profissionais e acadêmicas dos presidentes do Banco Central do Brasil, além das suas biografias, principalmente a partir da introdução do Plano Real em 1994, considerado para muitos especialistas como o marco divisor de águas do empoderamento dessa instituição em termos econômicos e políticos. Esse artigo pretende discutir como o Banco Central transformou-se na principal instituição brasileira conjuntamente com a Petrobrás por concentrar em seu poder as decisões da política econômica nacional através do controle da política monetária e

cambial e indiretamente também da política fiscal sendo a chave do cofre de praticamente todas as principais políticas públicas sociais e de infraestrutura, já que quase metade do orçamento da união; que reflete também nos estados e municípios passa a ser obrigatoriamente destinado ao pagamento dos juros da dívida pública administrado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC ou BACEN). Para compreender melhor essa dinâmica de interesses entre o Banco Central e o amplo mercado financeiro nacional e internacional em tempos de capitalismo neoliberal na mundialização do capital pretende-se responder ao seguinte questionamento: queremos saber sobre os indivíduos pertencentes às elites profissionais e acadêmicas do mercado financeiro inseridos como os principais administradores presidentes do Banco Central ao longo dessa trajetória histórica de construção de um poder cada vez maior, refletido também na posição de status e prestígio conferido ao cargo de Ministro Presidente do Banco Central do Brasil. Em que medida esses indivíduos ocupam esse espaço de poder e prestígio a serviço de uma classe dominante que controla seus investimentos a partir do rentismo garantido pela atuação constante como grandes aplicadores no mercado financeiro é outra pergunta relevante nessa abordagem. Ao mesmo tempo, em que

medida esses profissionais do setor privado do hipercapitalismo e da tecnocracia pertencem a classe dominante é outra das nossas principais indagações e questões a serem respondidas pela investigação desse grande objeto de pesquisa que envolve relações familiares, nepotismo e espaços de inserção da classe dominante.

PALAVRAS-CHAVE: classe dominante, mercado financeiro, biografias, itinerários, famílias, parentesco.

ABSTRACT: This article has been developed an analysis of the professional and academic trajectories of the presidents of the Central Bank of Brazil, in addition to its main biographies, mainly from the Real Plan in 1994, was considered for many specialists as the watershed of the empowerment of this institution in social and political terms. This article allows the Central Bank to transform the main Brazilian policy together with Petrobrás and in another case, fiscal policy being the key to the safe of all political, social and infrastructure needs, since almost the entire budget of the unity; The Central Bank (BC or BACEN) is also required to receive interest on the public debt managed by the Monetary Policy Committee (COPOM). The central bank and the national and international financial market in times of neoliberal capitalism in the globalization of capital intends to answer the following question: "whether individuals are equal to the professional and academic elites of the financial market". Along this trajectory, the ever-increasing power, also reflected in the position of status and prestige conferred on the position of Minister President of the Central Bank of Brazil. To what extent do individuals occupy this space of power and prestige at the service of a ruling class that can help investors get rid of the company's guaranteed offer as a major competitor in the market? The same at the time of the private governance the hypercapitalism and the technocracy belongs to the main leadership of the indagations and issues are connected to the great of this body of the big? dominant class.

KEYWORDS: dominant market, financial market, biographies, itinerary, families, kinship.

INTRODUÇÃO

O Banco Central do Brasil nasce no contexto do golpe civil-militar no apagar das luzes de 1964 com intuito de construir um alicerce mais “adequado” diante às exigências do setor privado, em particular do mercado financeiro, ainda incipiente no Brasil e ao mesmo tempo preparar o terreno para uma série de reformas estruturais em termos de instituições jurídico-políticas, além de empresas estatais e das próprias instituições econômico-administrativas paralelas, assim como as “necessárias” reformas econômicas indissociáveis as mudanças estruturais..

Segundo BERCOVICI (2018; p. 48-49):

O Estado da Constituição de 1988 é o Estado estruturado sob o regime militar (1964-1985), ou seja, o Estado reformado pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões (1964-1967),

responsáveis pela atual configuração do sistema monetário e financeiro, com a criação do Banco Central do Brasil (Lei n. 4595, 31 dez. 1964), do sistema tributário nacional (Emenda Constitucional n. 18, 1 dez. 1965, e Código Tributário Nacional, Lei n. 5172, 25 out. 1966) e da estrutura administrativa, por meio da reforma implementada pelo Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, que exige a gestão “empresarial” dos órgãos administrativos, ressuscitada por Bresser-Pereira trinta anos depois.

Cabe ressaltar a importância dessa nova configuração em tempos autoritários segundo as exigências do capitalismo global em um período onde o mercado financeiro ainda organizava as suas bases de expansão. A implementação de ajustes bastante importantes em termos de reforma tributária, política monetária e demais medidas econômicas apenas poderiam ser viabilizadas com a criação de leis, normas e regras adequadas ao projeto de expansão dos interesses do grande capital. Em tempos de autoritarismo os processos fluem quase que imediatamente, sem muitos questionamentos, ou pelo menos com a contenção devida as resistências.

O papel do Banco Central enquanto instituição reguladora dos demais bancos será cada vez mais relevante nas décadas posteriores, principalmente como motor da expansão dos títulos públicos federais a partir da redemocratização com o advento da hiperinflação e da dívida externa na entrada da década de 1980. Mas, antes do Banco Central alcançar o grau de preponderância que tem atualmente o Sistema Financeiro Nacional passou a vigorar no Brasil pós-segunda grande guerra como desdobramento da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais instituições econômicas e financeiras multilaterais internacionais de suporte das recém-fundadas bases do modelo padrão ouro-dólar universal.

De acordo com RIBEIRO (2016; p. 33-34):

Em 1945, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), como órgão normativo, cuja finalidade era exercer o controle do mercado monetário, por meio das seguintes funções: (i) fixação dos percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, das taxas de redesconto e dos juros sobre os depósitos bancários; (ii) supervisão dos bancos comerciais; (iii) orientação sobre a política cambial; e (iv) representação do país junto a organismos internacionais. Ou seja, o objetivo da SUMOC era a fiscalização do Sistema Financeiro Nacional.

A idéia inicial era esvaziar a função do Banco do Brasil como autoridade monetária, mas não obteve sucesso. As atribuições do BB eram: (i) banco dos bancos, como depositário dos encaixes voluntários e compulsórios; (ii) fornecedor de assistência financeira de liquidez; (iii) administrador do serviço de compensação; e (iv) agente financeiro do governo federal por meio dos recebimentos, pagamentos e recebimentos e financiamento do Tesouro Nacional.

Pode-se dizer que o Sistema Financeiro passou a ser controlado pela SUMOC, como órgão normativo e supervisor pelo Banco do Brasil como órgão executor; e pelo Tesouro Nacional, como órgão emissor de papel-moeda. Essa situação se manteve até o ano de 1964, quando a SUMOC foi substituída pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que foi criado para desempenhar o papel de bancos dos bancos.

Com as mudanças a Lei da Usura se enfraqueceu, sendo que as taxas de juros altas e a introdução do mecanismo de correção foram condições determinantes

para o direcionamento de recursos para o Sistema Financeiro. Esses mecanismos de correção monetária evitavam que os agentes sofressem perdas geradas pela desvalorização da moeda em decorrência da inflação.

Na década de 1970, foi estimulada a formação de conglomerados financeiros baseados no modelo japonês, em que a holding do grupo econômico era uma instituição financeira, unindo os interesses dos capitais industriais e financeiro. No Brasil, inicialmente, esse estímulo visava à verticalização dos recursos financeiros.

Assim, a participação das instituições financeiras no Produto Interno Bruto (PIB) aumentou de forma muito significativa a partir da década de 1980. Tal fato ocorreu em virtude da relação inversa dos ativos monetários e do imposto inflacionário, que mais nada do que é a perda de poder aquisitivo da moeda, devido à alta inflação, onde o governo penaliza a população e sai beneficiado.

As instituições financeiras se desenvolveram no Brasil a partir da criação da SUMOC pós-segunda guerra e da aderência do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional as normatizações jurídicas e conformações econômicas principalmente a partir da década de 1970 já com a participação do Banco Central como instituição administradora da moeda. No final do regime civil militar a explosão da dívida externa e a desvalorização monetária colocaram o país numa recessão que perdurou por mais de duas décadas enquanto o mercado financeiro avançava expandindo seus negócios no Brasil e no mundo a despeito do aumento brutal da desigualdade econômica e social.

Desde o início do mandato do último general presidente, portanto, a partir de 1979 até o início do Plano Real em meados de 1994 o Brasil experimentou diversos planos econômicos para combater a hiperinflação sem obter êxito. O baixo crescimento econômico do período combinado com a perda do poder aquisitivo da esmagadora maioria da população criou as condições para uma maior concentração de renda e por conseguinte um aumento da desigualdade econômica social no país.

Entrementes, o mercado financeiro obteve ganhos vultosos nesse período e o Banco Central a partir da Constituição de 1988 passou a centralizar as ações de política econômica através da definição da política monetária e cambial. A política econômica centralizada no Banco Central contribuiu muito para que os interesses do mercado financeiro fossem atendidos a partir da exacerbação da emissão de títulos da dívida pública com o objetivo de enxugar liquidez no auge da primeira fase do Plano Real até a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A partir desse panorama macroestruturante em termos econômicos, sociais e políticos podemos iniciar a abordagem mais específica sobre o nosso objeto de estudo.

O PAPEL DO BANCO CENTRAL NO PROJETO DE EXPANSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO ADEQUADA AO PADRÃO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS INTERESSES DA CLASSE DOMINANTE

A emissão de títulos da dívida pública passa a ser uma política monetária contínua a partir do Plano Real e que atua como alicerce da política econômica brasileira com o intuito de controlar a inflação a qualquer custo através deste dispositivo. Ao mesmo tempo, esse expediente adotado pelo Banco Central através do Comitê de Política Monetária de definir uma alta remuneração pelos títulos públicos torna-se perversa no que tange a pressão sobre a dívida pública. A dívida pública do setor financeiro é sem dúvida o maior problema brasileiro que onera as contas públicas e ao mesmo tempo transfere para os capitalistas financeiros uma fatia enorme do orçamento que deveria ser destinado as políticas públicas definidas em grande medida a partir da Constituição de 1988.

A partir do conhecimento de que a Constituição de 1988 foi violada na sua gênese através da inserção de dispositivos no mínimo estranhos a carta constitucional, além das manobras técnicas e jurídicas por parte do Banco Central no que tange a emissão de títulos da dívida pública, que alimentam o mercado financeiro com o pagamento de juros, considerados os mais altos do mundo, concluímos que: o denominado “Sistema da Dívida” permanece a reproduzir e acumular capital principalmente para os detentores dos títulos, ou seja, os bancos mais poderosos, como Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica, além de rentistas de grandes conglomerados nacionais e transnacionais e bancos estrangeiros.

De acordo com FATTORELLI (2013, p. 44-45):

O Sistema da Dívida opera também por meio de uma superestrutura legal: um conjunto de normas legais nacionais tem garantido prioridade absoluta à remuneração dos detentores de títulos da dívida brasileira por meio de elevadas taxas de juros, favorecendo especialmente o crescimento contínuo do estoque da própria dívida pública mediante a emissão continuada e até inconstitucional de dívida para pagar grande parte desses elevados juros.

O mais grave é que todo esse aparato “legal” que favorece o setor financeiro surgiu no campo jurídico de forma tortuosa. Os privilégios da dívida decorrem do dispositivo constitucional inserido no art., 166, parágrafo 3, II, “b”, sobre o qual paira fundamentada denúncia de que jamais fora votado em primeiro turno pelos parlamentares constituintes. Sua inclusão no texto final da Constituição Federal se deu quando eram permitidas apenas correções de redação e localização, mas não “adição” de matérias que se quer haviam sido discutidas ou votadas em primeiro turno. É o que denunciam especialistas do congresso Nacional, conforme registrado no estudo intitulado “**Anatomia de uma Fraude à Constituição**”.

Tal dispositivo constitucional excetua os gastos com a dívida pública da regra geral aplicada aos demais gastos públicos, isto é, no caso de gastos com a dívida pública não é necessário indicar a fonte dos recursos. Por outro lado, qualquer outra proposta de gasto ou investimento que ônus financeiro ao Orçamento da União, por mais relevante que seja, deve, obrigatoriamente, indicar a fonte de recursos suficiente para o seu financiamento.

Esse processo de financeirização da economia global dá um salto a partir das inovações tecnológicas impulsionadas pelos avanços das telecomunicações e da informatização da década de 1970, além dos altos níveis de desregulamentações e liberalizações para o benefício do mercado financeiro. A matriz econômica keynesiana e o Estado de Bem Estar Social passam gradativamente a serem substituídos pela política neoliberal e da financeirização a partir dos países anglo-saxônicos imperialistas EUA e Grã Bretanha entre o final da década de 1970 e início de 1980.

O consenso de Washington de 1989 marca a construção das estratégias econômicas neoliberais com seus marcos legais e político-institucionais de transformação rumo a essa agenda de política econômica, como sendo uma cartilha a ser seguida principalmente para a América Latina, inclusive o Brasil.

Dentre as medidas necessárias aos ajustes neoliberais se encontram a privatização das empresas estatais, a terceirização dos serviços públicos, a abertura comercial e principalmente as políticas econômicas de ajuste fiscal e controle inflacionário a partir de juros elevados com liberalização financeira.

Essas políticas estão desencadeando uma onda ainda maior de transferência de renda e riquezas para a classe dominante e aumentando o fosso da desigualdade econômica e social no Brasil, principalmente pós-golpe de 2016.

De acordo com DOWBOR (2018; p. 47):

Mas o único resultado serão maiores fortunas financeiras e o drama que hoje enfrentamos, de 1% deter mais patrimônio do que os 99% seguintes. No Brasil esta proporção está na seguinte praça: seis famílias detêm mais patrimônio do que a metade mais pobre do país, e os 5% mais ricos detêm mais do que os 95% seguintes. De onde vem uma fortuna em tão poucas mãos Da apropriação, por parte de uma ínfima minoria, de muito mais patrimônio do que a sua contribuição produtiva.

O fenômeno da riqueza está diretamente associado a uma série de fatores no caso brasileiro: a classe dominante controla os fluxos de capitais através da manutenção da política econômica, seja via isenção de contribuições tributárias, sonegação de impostos, recebimento de benefícios e privilégios múltiplos de acesso a investimentos e financiamentos estatais das mais variadas formas, mas principalmente através do rentismo proporcionado pela política monetária adotada pelo Banco Central, em especial a partir do Plano Real.

Se considerarmos os processos históricos de longa duração da formação da classe dominante veremos que a concentração de renda e riquezas no Brasil ocorre desde o Brasil colônia através do fortalecimento dos laços sociais, políticos e econômicos entre as famílias, desde o casamento e o compadrio entre as mais tradicionais passando pelas recém-chegadas famílias da imigração ou ainda por intermédio de indivíduos que se posicionaram bem socialmente e se aproximaram

por intermédio do casamento com outras famílias já consolidadas e de posição estratégica nos aparelhos de Estado.

Nesse aspecto cabe o apontamento de GOULART (2018; p. 69):

A partir de pesquisas empíricas Oliveira, Canêdo e Grill passam a indicar com destaque a variável família como aspecto relevante para os estudos da política brasileira não mais somente em contextos atrasados e patriarcais, mas modernos e contemporâneos. O cenário político analisado pelos autores encontra-se notadamente em meio à complexidade da realidade brasileira capitalista e urbanizada, fundada em instituições de base republicana e democrática. Para eles, a perspectiva de se imprimir a tônica “família” na percepção política acaba sendo chave importante para a compreensão das relações de poder no Brasil, do funcionamento das instituições e do jogo político, de forma geral.

Determinados grupos familiares concentram historicamente, alguns por séculos, privilégios sociais, econômicos e, sobretudo, posições de prestígio.

As conexões familiares representam os interesses da classe dominante materializadas nas conquistas dos espaços culturais, sociais, econômicos e políticos em todas as grandes dimensões e circuitos. Essas famílias estão posicionadas estrategicamente no que tange ao acesso a benefícios e privilégios ofertados pelo Estado ao longo dos seus mais de 5500 municípios, 26 Estados regionais e mais o Distrito Federal. A parte mais cobiçada desse grande orçamento estatal sem dúvida são os recursos da União que atingem cifras de trilhões de reais se contarmos as empresas mistas e totalmente estatais, autarquias, ministérios, secretarias e demais órgãos da administração pública contando os três poderes, isto é, legislativo, executivo e judiciário.

Muitas das elites políticas e jurídicas pertencem também à classe dominante porque conseguiram acumular e reproduzir capitais via hereditariedade conquistando espaços de inserção econômica e política de grande monta. No caso do Banco Central as conexões são múltiplas, muitas delas inclusive com o capital internacional associado às famílias históricas no poder e as mais variadas formas de representatividade. O importante deste artigo é demonstrar as conexões existentes entre os itinerários dos presidentes do Banco Central no que tange as suas respectivas formações acadêmicas e profissionais com o capital nacional e estrangeiro, principalmente no mercado financeiro e enfatizando os laços econômicos, políticos e sociais, em especial com famílias no poder assim que encontrados.

Os vínculos entre o capital financeiro internacional com o staff do Banco Central já no Plano Real e principalmente no momento de implementação das políticas neoliberais na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso está demonstrado segundo a passagem de Mauro e Pericás (2001; p. 45):

Todos esses fatos são compreensíveis, a partir do momento que nos damos conta de que a política econômica do governo está nas mãos de Pedro Malan, funcionário licenciado do Banco Mundial; Armínio Fraga, licenciado de George

Soros; e Francisco Gros, antigo gerente do Morgan Bank em Nova York. Com uma equipe tão vinculada aos interesses do capital financeiro internacional, fica difícil acreditar que este governo possa ter algum projeto real para a vida dos brasileiros como um todo. O lucro acumulado dos bancos, em 1999, assim, chegou a R\$10,4 bilhões. Isto equivale a cinco vezes o lucro do ano anterior.

Ressaltamos que o Banco Central do Brasil criado em 31 de dezembro de 1964 passa por diversas fases no que diz respeito à construção das suas atribuições e da expansão do seu poder institucional. O primeiro grande salto ocorre justamente no início da grande crise econômica brasileira do final do regime civil-militar que combinava uma dívida externa explosiva com hiperinflação, e decorreu paradoxalmente à medida que o mercado financeiro avançava em termos de expansão dos negócios da acumulação de capital. O Banco Central tornou-se um dos pilares institucionais fundamentais no processo de mediação entre o Estado e o capital financeiro.

O outro momento foi a Constituição de 1988 que delimitou o marco legal-institucional da atuação dos aparelhos de estado no Brasil, e onde se pretendeu demarcar os territórios orçamentários destinados às políticas públicas e as atribuições de cada instituição.

E no momento do início da implementação do Plano Real o Banco Central passa a centralizar a política econômica brasileira capitaneada pela política monetária e cambial. As atribuições do Banco Central e o poder do Comitê de Política Monetária (COPOM) tornam-se quase que independentes e absolutos para decidir a taxa básica de juros e indiretamente a destinação do orçamento da União, Estados e Municípios no Brasil. Mas todo esse poder passa pelas mãos dos indivíduos que compõem o núcleo decisório dessa instituição. O nosso trabalho agora se concentra em apresentar esses profissionais que assumem posições de destaque em termos de prestígio e poder político e econômico no Banco Central, com destaque para os presidentes desta instituição a partir do Plano Real.

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: ITINERÁRIOS E BIOGRAFIAS DOS REPRESENTANTES DA CLASSE DOMINANTE NO MERCADO FINANCEIRO

Os indivíduos que assumem posições chave nas principais instituições estatais ao longo da história brasileira desde a colônia; em grande medida pertenceram e ainda pertencem a classe dominante, representados hereditariamente por gerações seculares que substituem as anteriores. Quando isso não ocorre outros entrelaçamentos passam a demonstrar conexões existentes entre as elites profissionais, acadêmicas e outras a classe dominante. No caso brasileiro, o que salta aos olhos são as proteções em demasia da classe dominante com seus

membros e aliados. Durante séculos de reprodução de capitais as estratégias da classe dominante sempre proporcionaram privilégios e distinções exorbitantes em relação à maioria da população. Desta forma, a classe dominante conseguiu com eficiência alcançar uma concentração de forças muito desigual e sempre esteve muito a frente das camadas populares em termos de concentração de poderes e riquezas.

O destaque da classe dominante brasileira reside na sua capacidade de se reproduzir historicamente e assim manter os privilégios e os prestígios que envolvem toda a gama de representatividade social e de poder econômico e político. Em relação a essa afirmação cabe a consideração de Bourdieu (2008, p. 425) quando aponta as formas pelas quais a classe dominante em algum aspecto específico deixa de se reproduzir em algumas famílias;

Uma classe ou uma fração de classe está em declínio, portanto, voltada para o passado, quando deixou de ter a possibilidade de se reproduzir com todas as suas propriedades de condição e de posição, e quando, para reproduzir seu capital global e manter sua posição-atual ou a de sua família de origem- no espaço social, seus membros mais jovens devem, em uma proporção importante, operar, pelo menos, uma reconversão de seu capital que é acompanhada por uma mudança de condição, marcada por um deslocamento horizontal no espaço social: ou, em outras palavras, quando a reprodução da posição de classe torna-se impossível (desclassificação) ou se realiza apenas por uma mudança de fração de classe (reconversão). Neste caso, a transformação do modo de geração social dos agentes determina a aparição de gerações diferentes, cujos conflitos não se reduzem ao que se inscreve, em geral, nos conflitos de gerações já que tem como princípio a oposição entre os valores e os estilos de vida associados à predominância, no patrimônio, do capital econômico ou cultural.

Esse fenômeno obviamente também ocorre na sociedade brasileira, onde algumas famílias outrora tradicionais perdem espaço de poder e influência por intermédio de reconversões ou inadequações ao modus operandi que envolve o desenvolvimento da racionalidade técnica e burocrática e também a incapacidade das gerações posteriores em combinar estilos de vida e a manutenção e reprodução dos capitais patrimoniais e políticos.

Para compreender essa dinâmica sociológica a partir dos indivíduos que assumem posições estratégicas nos aparelhos de estado e no próprio capital financeiro como representantes, o Banco Central é a instituição brasileira que melhor representa a relação capitalista entre o Estado e o setor privado na entrada do século XXI da grande avalanche neoliberal.

Para abordar esse objeto de investigação propomos de início a apresentação da tabela abaixo que compõe os presidentes do Banco Central do Brasil desde a sua fundação até o atual governo de Jair Bolsonaro;.

Nº	NOME	INÍCIO	FIM	PRESIDENTE
1	Dênio Chagas Nogueira	14/04/1965	12/03/1967	Castelo Branco
2	Rui Aguiar da Silva Leme	31/03/1967	12/02/1968	Costa e Silva
	Ari Burguer (interino)	08/02/1968	20/02/1968	Costa e Silva
3	Ernane Galvêas	21/02/1968	31/08/1969	Costa e Silva
	Idem	31/08/1969	30/10/1969	Junta Gov. Provisória
	Idem	30/10/1969	15/03/1974	Emílio Médici
4	Paulo Hortêncio Pereira Lira	15/03/1974	14/03/1979	Ernesto Geisel
5	Carlos Brandão	15/03/1979	17/08/1979	João Figueiredo
6	Ernane Galvêas	17/08/1979	18/01/1980	João Figueiredo
7	Carlos Geraldo Langoni	18/01/1980	05/09/1983	João Figueiredo
8	Affonso Celso Pastore	05/09/1983	14/03/1985	João Figueiredo
9	Antônio Carlos Lemgruber	15/03/1985	28/08/1985	José Sarney
10	Fernão Carlos Botelho Bracher	28/08/1985	11/02/1987	José Sarney
11	Francisco Gros	11/02/1987	30/04/1987	José Sarney
	Lício de Faria (interino)	30/04/1987	04/05/1987	José Sarney
12	Fernando Milliet	05/05/1987	09/03/1988	José Sarney
13	Elmo de Araújo Camões	09/03/1988	22/06/1989	José Sarney
14	Vadico Valdir Bucchi	23/06/1989	14/03/1990	José Sarney
15	Ibrahim Eris	15/03/1990	17/05/1991	Fernando Collor
16	Francisco Gros	17/05/1991	16/11/1992	Fernando Collor
17	Gustavo Loyola	13/11/1992	29/03/1993	Itamar Franco
18	Paulo Ximenes	26/03/1993	09/09/1993	Itamar Franco
19	Pedro Malan	09/09/1993	31/12/1994	Itamar Franco
	Gustavo Franco (interino)	31/12/1994	11/01/1995	Itamar Franco
20	Pérsio Arida	11/01/1995	13/06/1995	Fernando H. Cardoso
21	Gustavo Loyola	13/06/1995	20/08/1997	Fernando H. Cardoso
22	Gustavo Franco	20/08/1997	04/03/1999	Fernando H. Cardoso
23	Armínio Fraga	04/03/1999	01/01/2003	Fernando H. Cardoso
24	Henrique Meirelles	01/01/2003	31/12/2010	Luiz Inácio Lula da Silva
25	Alexandre Tombini	01/01/2011	09/06/2016	Dilma Rousseff
26	Ilan Goldfajn	09/06/2016	28/02/2019	Michel Temer
27	Roberto Campos Neto	28/02/2019		Jair Bolsonaro

Fonte: Banco Central do Brasil - <https://www.bcb.gov.br/>

Para efeito deste trabalho cabe recortar o período de análise dos presidentes do Banco Central a partir do Plano Real onde a instituição ganha poderes quase que independentes e vultosos potencializados pelo capital financeiro neoliberal. De qualquer modo essa posição de poder e prestígio sempre esteve associada a essa instituição contemporânea do grande capital.

Nº	NOME	INÍCIO	FIM	PRESIDENTE
19	Pedro Malan	09/09/1993	31/12/1994	Itamar Franco
	Gustavo Franco (interino)	31/12/1994	11/01/1995	Itamar Franco
20	Pérsio Arida	11/01/1995	13/06/1995	Fernando H. Cardoso
21	Gustavo Loyola	13/06/1995	20/08/1997	Fernando H. Cardoso
22	Gustavo Franco	20/08/1997	04/03/1999	Fernando H. Cardoso
23	Armínio Fraga	04/03/1999	01/01/2003	Fernando H. Cardoso
24	Henrique Meirelles	01/01/2003	31/12/2010	Luiz Inácio Lula da Silva
25	Alexandre Tombini	01/01/2011	09/06/2016	Dilma Rousseff
26	Ilan Goldfajn	09/06/2016	28/02/2019	Michel Temer
27	Roberto Campos Neto	28/02/2019		Jair Bolsonaro

Fonte: Banco Central do Brasil - <https://www.bcb.gov.br/>

Para iniciarmos a nossa análise dos presidentes do Banco Central do Brasil a partir do início do Plano Real ainda na gestão de Itamar Franco começamos a decifrar esses indivíduos pelas informações disponíveis em sites de pesquisa sem nos determos com maior profundidade devido ao espaço reservado de discussão para esse artigo, mas ao mesmo tempo conseguimos captar a importância da posição familiar de grande parte desses indivíduos e da sua formação acadêmica e inserção profissional, demonstrando sociologicamente como esses elementos são cruciais como alicerce do posicionamento de classe e suas formas de representatividade.

Para efeito desse capítulo iremos nos debruçar na abordagem de três importantes representantes das elites estratégicas do mercado financeiro a partir da presidência do Banco Central. Dois presidentes pertencem a gestão no período do então presidente Fernando Henrique Cardoso e outro do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Da pesquisa completa desde o recorte temporal do Plano Real em relação as biografias dos presidentes do Banco Central apenas um de seus presidentes não possui uma biografia de longa duração em famílias históricas no poder.

Desta forma, apresentamos três presidentes do Banco Central do Brasil a partir do Plano Real que corroboram com a tese de que as famílias históricas estão posicionadas estrategicamente nos aparelhos de Estado desde longa data no Brasil.e refletem o posicionamento da classe dominante em diversas instâncias e instituições públicas e privadas no Brasil, sendo muitos desses indivíduos desde o Brasil colônia.

Vamos à apresentação:

Pedro Sampaio Malan:

Família: nascimento em Petrópolis (RJ) no dia 19 de fevereiro de 1943

Pai: Elísio Souto Malan

Mãe: Maria Regina Sampaio Malan

Tio: general Alfredo Souto Malan – chefe do Estado Maior do Exército 1971-72

Formação educacional: formação básica no colégio Werneck em Petrópolis - RJ e cursou o científico no Colégio Santo Inácio no RJ em 1960.

Cinco anos depois se formou em engenharia elétrica pela Escola Politécnica PUC-RJ.

Concluiu o curso da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e ingressou no Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA) do Ministério do Planejamento. Em 1969, continuando a sua formação acadêmica, ingressou no curso de doutorado em economia na Universidade de Berkeley na Califórnia, concluindo-o em 1973.

Atuação profissional: de volta ao Brasil, em agosto desse ano retomou suas atividades de pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento.

Em 1977 Malan foi um dos fundadores do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, tornando-se seu primeiro presidente, cargo que exerceria por dois mandatos. Em 1978, passou a exercer as atividades docentes como professor de economia da PUC.

No primeiro trimestre de 1980 foi professor visitante no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge e *fellow* do King's College, ambos na Inglaterra. No ano seguinte tornou-se coordenador do Comitê Assessor de Ciência Social do Conselho Nacional de Pesquisas. Em 1982, disputou concurso para professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas o primeiro colocado foi Antônio Barros de Castro.

Em agosto de 1983 Malan aceitou o convite para assumir o cargo de diretor da Divisão de Análise de Políticas e Pesquisas do Centro de Empresas Transnacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque. Em janeiro de 1985 tornou-se diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU em Nova Iorque.

Em setembro de 1986, foi indicado pelo ministro do Planejamento João Sayad, e pelo presidente do Banco Central Fernão Bracher para exercer o cargo de diretor executivo do Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti e Filipinas, entre outros, junto ao Banco Mundial, cargo pela primeira vez exercido por um brasileiro. Trabalhou até outubro de 1988, quando passou a ser diretor executivo alterno destes países. Durante a presidência de Fernando Collor de Melo (1990-1992), deixou a posição de diretor para o Brasil no Banco Mundial em julho de 1990 e, indicado pela ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Melo, assumiu a diretoria executiva do Brasil, Equador e Suriname junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em junho do ano seguinte, foi nomeado, pelo ministro da Fazenda Márcio Marques Moreira, consultor especial do Ministério da Fazenda e negociador chefe para assuntos da dívida externa do Brasil, cargo que exerceu até agosto de 1993 em Washington. Em 1992 Malan tornou-se presidente do Joint Audit Committee, do Banco Mundial.

Fonte CPDOC/FGV: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-sampaio-malan>

A trajetória de Pedro Sampaio Malan reflete toda uma formação acadêmica em colégios de referência na educação básica e no ensino superior em uma tradicional instituição de ensino brasileira, além de uma sólida referência familiar, principalmente sendo o tio um importante comandante das forças armadas no período mais autoritário da ditadura civil-militar no Brasil. Malan segue uma trajetória acadêmica na pós-graduação em instituições de ponta no Brasil e no exterior e exerce cargos importantes no setor privado no mercado financeiro em nível nacional e internacional, além de atuar como professor em instituições renomadas.

O Instituto de Economistas é mais uma instituição de referência onde atua como fundador e primeiro diretor, além da sua atuação em organismos internacionais multilaterais e de apoio servindo como porta de entrada para uma carreira abrangente de muito poder e prestígio coroada no cargo de presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso. A sua trajetória é típica de um membro da classe dominante que estabelece vínculos familiares com os tentáculos lastreados pelo poder militar a partir de seu tio, da formação escolar e acadêmica e suas diversas incursões no setor público e privado em nível nacional e internacional, conseguindo assim acumular capitais importantes e galgar espaços de prestígio e poder político e econômico.

Henrique de Campor Meirelles

Família: Henrique de Campos Meireles nasceu em Anápolis (GO) no dia 31 de agosto de 1945, filho do advogado Hegesipo de Campos Meireles e da estilista Diva Silva Campos. Seu avô materno, Graciano da Costa e Silva, foi por três vezes prefeito de Anápolis. Seu pai exerceu interinamente o cargo de interventor federal em Goiás durante a administração de Joaquim Machado de Araújo (1946-1947). Seu tio Jonas Ferreira Alves Duarte, eleito vice-governador de Goiás em 1950, assumiu por três vezes a chefia do Executivo estadual em substituição ao governador Pedro Ludovico (1951-1954). Seu primo Aldo Arantes foi presidente da União Nacional dos Estudantes (1961-1962) e deputado federal em várias legislaturas. Um outro primo, Haroldo Duarte, foi deputado federal na legislatura 1963-1967.

Formação educacional e itinerário profissional: Henrique Meireles realizou os estudos secundários no Liceu de Goiânia, onde iniciou sua atuação política como líder estudantil. Presidente do grêmio acadêmico de seu colégio comandou, em 1962, uma greve de estudantes contra o aumento das passagens de ônibus na capital. Ligado à Juventude Estudantil Católica, sofreu cerrada oposição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando de sua eleição para a presidência da Confederação dos Estudantes Goianos em 1963.

Concluído o ensino médio, ingressou no curso de engenharia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Formado em 1972, especializou-se em engenharia de produção. No início da carreira, trabalhou como industrial e chegou a montar uma fábrica para a produção de blocos de concreto. Suas atividades como empresário não teriam, contudo, vida longa.

Em 1974, decidido a trabalhar no mercado financeiro, mudou-se para o Rio de Janeiro e ingressou no Banco de Boston. Foi o início de uma longa e prestigiosa carreira na instituição – à qual estaria ligado por quase 30 anos. Já no ano seguinte, assumiu o cargo de diretor-superintendente da Boston Leasing. Exerceu essa função até 1978, ano em que concluiu mestrado em ciências da administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

De 1981 a 1984, ocupou a vice-presidência do Banco de Boston no Brasil. Nesse mesmo período, presidiu a Associação Brasileira das Empresas de Leasing. Em 1984 realizou um curso de especialização em administração avançada na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. De volta do Brasil, assumiu a presidência do Boston no país. Durante sua gestão, decorrida até 1996, ampliou consideravelmente os ativos da sucursal brasileira do banco. Nesse meio tempo atuou ainda como diretor-executivo da Federação Brasileira de Bancos (1989-1996) e presidiu a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (1989-1996) e a Câmara Americana de Comércio (1995-1997).

O sucesso de sua administração levou-o ao cargo de presidente mundial do Banco de Boston em 1996, quando se tornou o primeiro estrangeiro a presidir um banco americano nos Estados Unidos. Três anos depois, o Boston fundiu-se com o Fleet Financial Group, e Meireles assumiu a presidência do Global Bank do FleetBoston Financial, que exerceu até 2002, tornando-se responsável pelos setores de atacado da instituição nos Estados Unidos e de todas as operações internacionais do grupo. Paralelamente, desempenhou também as funções de membro do conselho da Bolsa de Mercadorias e Futuros, em São Paulo (2001-2002) e do Conselho das Américas, em Nova York (2002), além de ter se tornado, no decorrer de 2001, diretor da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, também em Nova York.

Na área acadêmica, foi agraciado em 1997 com o título de doutor *honoris causa* pelo Bryant College, de Rhode Island. Além disso, passou a integrar os conselhos consultivos de várias instituições universitárias norte-americanas. No ano seguinte, em Harvard, tornou-se membro do Comitê de Conselheiros da Iniciativa de Políticas Corporativas e do Conselho Consultivo do Reitor da Faculdade de Administração Pública. Em 1999 foi indicado para ocupar este último cargo na Faculdade de Administração do Massachusetts Institute of Technology, em Cambridge. Durante o ano 2000 passou a fazer parte do Conselho de Administração do Boston College.

Em 2001, Meireles começou a preparar sua saída do FLEETBOSTON e anunciou a intenção de candidatar-se a algum cargo eletivo no Brasil. Em passagem pelo país, deu início às articulações visando seu futuro político. Recebeu convites para ingressar no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e no Partido da Frente Liberal (PFL) e chegou a negociar com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em outubro, no entanto, decidiu acatar sugestão do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em julho de 2002, ano em que se tornou membro do Conselho Consultivo do Centro de Assuntos Latino-Americanos da Universidade George Washington, e no qual atuaria até o ano seguinte, aposentou-se do FLEETBOSTON e voltou em definitivo para o Brasil. No pleito de 6 de outubro, candidatou-se a deputado federal pelo PSDB de Goiás. Com cerca de 183 mil votos, foi o deputado mais votado de seu estado. Também em outubro, Luís Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito presidente da República com quase 53 milhões de votos, depois de derrotar no segundo turno o candidato José Serra (PSDB).

Fonte CPDOC/FGV: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meireles-henrique>

No caso de Henrique Meirelles seus capitais são herdados a partir de uma família tradicional e atuante no estado de Goiás com um vasto quadro de parentes que exerceram quadros políticos ao longo de gerações. Seu patrimônio social familiar lhe permitiu adquirir outros capitais de ordem acadêmica e profissional. Meirelles é um quadro técnico da área de administração de empresas e mais tarde do mercado financeiro sendo o primeiro estrangeiro a assumir a cadeira de presidente de um banco estadunidense o que lhe permitiu alçar vãos ainda mais altos na administração estatal

e novamente no conselho de empresas nacionais e estrangeiras, além do próprio mercado financeiro. Seus capitais políticos, sociais e acadêmicos lhe permitiram lapidar sua carreira o que lhe confere um indivíduo bem posicionado na classe dominante, sendo mais um presidente do Banco Central com fortes conexões com o mercado financeiro e o setor privado nacional e internacional corroborando a tese de que os indivíduos que assumem postos chave nessa instituição têm fortes vínculos com o capital financeiro internacional, mantendo assim as preferências decisórias da política econômica em face às determinações dos interesses do “mercado” em detrimento de uma política monetária menos austera para a população.

Gustavo Henrique de Barroso Franco:

Família: nasceu no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1956, filho de Guilherme Arinos Lima Verde de Barroso Franco e de Maria Isabel Barbosa de Barroso Franco. Seu pai, amigo e colaborador próximo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), foi chefe de gabinete de dois ministros da Fazenda – Gastão Vidigal (1946) e Horácio Lafer (1951-1953) – e colaborou na fundação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), escrevendo seu estatuto e integrando a sua primeira diretoria. Foi, ainda, sócio do Banco Garantia.

Mais tarde casou-se com Cristiana Mfra de Laet Barroso Franco, que foi diretora da Erco Engenharia S.A. empresa de sua família, e com ela teve quatro filhos.

Formação acadêmica e itinerário profissional: De 1975 a 1979, Gustavo Franco fez o curso de economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi professor visitante do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, de 1981 a 1982, e nesse último ano tornou-se mestre pela PUC-Rio, tendo sua dissertação conquistado o Prêmio BNDES de Economia e sido publicada em 1983 com o título *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*.

Em 1984 mudou-se para os Estados Unidos, onde foi professor visitante no National Bureau of Economic Research (NBER); no ano seguinte, desempenhou a mesma função no Center of European Studies e no Center for International Affairs (CFIA). Em 1985 obteve o grau de Master of Arts e, em 1986, o Ph D, ambos na Universidade de Harvard. Sua tese de doutorado, sobre o fenômeno da hiperinflação ocorrido na Alemanha, Polônia, Áustria e Hungria na década de 1920, também seria premiada, em 1987, pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

De volta ao Brasil em 1986, tornou-se professor e pesquisador do Departamento de Economia da PUC-Rio, dedicando-se ao estudo da inflação, da estabilização e da economia internacional. De 1986 a 1993, trabalhou ainda como consultor em assuntos econômicos.

Durante a presidência de Itamar Franco (1992-1994), com a posse de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda em 21 de maio de 1993, passou a integrar, por indicação de Pedro Malan, juntamente com Winston Fritsch e Edmar Bacha, seus colegas na PUC, a equipe ministerial. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo* (27/6/2009), já nessa época era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo partido de Fernando Henrique. Como secretário-adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda, atuou na montagem da Secretaria de Política Econômica.

Com a posse de Pedro Malan na presidência do Banco Central em 9 de setembro de 1993, Gustavo Franco assumiu, no mesmo dia, a Diretoria de Assuntos Internacionais da instituição.

Gustavo Franco retornou ao quadro docente da PUC-Rio ainda em 1999. Foi, no período 1999-2000, professor-visitante no Center for Research on Economic Development and Policy Reform (CREDPR), da Universidade de Stanford. Em 2000, fundou a Rio Bravo Investimentos, empresa de serviços financeiros, fusões, aquisições, investimentos e securitizações, tida no mercado como pioneira no “ativismo corporativo”, pelo qual a empresa compra papéis de outra empresa, não apenas com fins especulativos, mas também para conseguir uma cadeira no seu conselho de administração, abrindo caminho para a implementação da “governança corporativa”, tendo em vista torná-la mais eficiente e produtiva. Em 2001, foi professor-visitante na University of California, Los Angeles (UCLA).

Fonte CPDOC/FGV: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-gustavo>

No caso de Gustavo Franco a origem familiar também é um capital social e político importante para a aquisição de capitais que ao herdar possibilita obter acesso a uma cultura que o conduza a estudar ciências econômicas e galgar posições acadêmicas ao longo da carreira. A instituição na formação acadêmica inicial continua regrada de prestígio principalmente nessas áreas que envolvem engenharia e economia e serve como ponte para as futuras especializações nos EUA.

Os três presidentes do Banco Central até aqui posicionaram as suas carreiras com fortes alicerces de capitais lastreados pelas famílias, inserção acadêmica-profissional e como atores relevantes no setor privado, principalmente no mercado financeiro e nos governos. Gustavo Franco passa pela academia como professor, pelos aparelhos de Estado, instituições de pós-graduação no setor privado em nível internacional e mais tarde como sócio fundador de empresas ligadas ao mercado financeiro e outras empresas de áreas distintas; o caso da sua esposa; abrindo possibilidades distintas de inserções múltiplas, inclusive de base familiar com possível herança de capitais para as gerações seguintes.

Para essa apresentação apenas consideramos a síntese das carreiras e dos itinerários biográficos extraídos do CPDOC da FGV porque não teríamos como avançar devido as limitações de espaço nesse formato de publicação. Mas, certamente essa prévia de investigação e análise procurou instigar o leitor para o aprofundamento dos estudos e das possibilidades de investigação que a genealogia proporciona para a sociologia, a história e a própria ciência política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa abordagem que envolve a exposição de uma das principais instituições brasileiras requer minucioso trabalho de investigação e análise econômica e sociológica, como uma aproximação necessária e urgente entre as ciências sociais aplicadas e humanas. Na verdade, as ciências humanas estão sinérgica e holisticamente interligadas por abordagens multidisciplinares e transversais, mesmo que o recorte epistemológico aponte para uma metodologia diferente de investigação em determinados momentos. A sociologia econômica e política necessitam de uma aproximação impulsionada pela dinâmica do capitalismo global em tempos de financeirização neoliberal com suas formas de acumulação e reprodução.

O Banco Central assumiu uma relevância crucial para a economia brasileira a partir do Plano Real principalmente onde o fluxo de capitais na onda neoliberal tomou proporções mundializadas. As conexões entre o Estado e o setor privado em dimensões globais passam em grande medida pelas decisões da política econômica, centralizadas atualmente pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco

Central do Brasil. Conhecer os mecanismos de suas políticas torna-se crucial para compreendermos o funcionamento da dinâmica do capitalismo e dos desdobramentos das políticas sociais e de infraestrutura, já que as medidas decididas e adotadas por essa instituição refletem sobre o conjunto da economia nacional, e, evidentemente passa pela concentração de poderes de ordem política e econômica, onde a classe dominante acumula riquezas e perpetua poder e privilégios em detrimento das condições sociais da esmagadora maioria da população brasileira.

No debate sobre a análise das instituições é crucial exigirmos um recorte de investigação e análise sociológica dos atores diretamente envolvidos nos aparelhos decisórios do poder do estado. Se nos debruçarmos a identificar e analisar sociologicamente as famílias e os demais capitais envolvidos nessa imbricada dialética percebemos que as classes sócias são fundamentais nesse processo.

A análise das instituições, em particular as econômicas suscitam um debate sociológico que inclua o pertencimento dos indivíduos a capitais familiares, educacionais-culturais, profissionais, políticos entre outros como forma de organização econômica, política, social e cultural da sociedade onde a classe dominante se posiciona nas mais influentes e prestigiosas instituições como maneira de controlar e dominar os recursos a sua volta e perpetuar uma lógica de reprodução desses diversos e distintos capitais.

Ao analisarmos empiricamente a biografia apenas superficialmente de três dos principais presidentes do Banco Central na gestão Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva devido ao espaço destinado a esse trabalho preliminar identificamos que os atores envolvidos à frente dessa instituição partem de capitais familiares com fortes laços com o poder militar e político respectivamente e acumulam vantagens a medida que se inserem em instituições educacionais e acadêmicas de renome nacional e internacional.

A partir da formação acadêmica partem para assumir cargos de relevância em instituições do setor privado, em especial do capital financeiro no Brasil e no exterior. Além disso, atuam como professores no Brasil e em universidades de ponta dos EUA e Europa construindo uma carreira acadêmica de prestígio concomitantemente as suas inserções nos aparelhos de estado como atores relevantes do poder decisório e estando comprometidos com ações na direção da implementação de políticas de cunho liberais que favoreçam o mercado financeiro, inclusive em nível global.

Essas elites acadêmicas e profissionais não estão dissociadas das formas pelas quais a vida as lapidou em termos sociais, acadêmicos-culturais, políticos e econômicos formando um bloco de poder e estendendo tentáculos de dominação como fiéis representantes da classe dominante nas mais variadas formas e imbricadas inserções.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados**. Brasília-DF: Inove, 2013.

MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz B. **Capitalismo e luta política no Brasil na virada do milênio**. São Paulo: Xamã, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. Família importa e explica: **Instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo, LiberArs, 2018.

Revista Margem esquerda. **Boitempo**. São Paulo, ano 2018, n. 31, p. 48-49, set. 2018.

RIBEIRO, Alexandre Ogêda. **Regulação econômica e o papel do Banco Central do Brasil para o desenvolvimento econômico e social**, 2016.165 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.

SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (coords). **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Contracorrente e Boitempo, 2018.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-sampaio-malan> acesso em 1 de maio de 2019.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meireles-henrique> acesso em 1 de maio de 2019

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-gustavo> acesso em 1 de maio de 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 24, 112, 119, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 191, 194, 255
Arte 1, 3, 8, 26, 27, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 56, 109, 110, 111, 116, 118, 131, 136, 140, 150, 214, 243, 257, 264
Arte rupestre 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 56
Avaliação 71, 106, 136, 137, 138, 139, 150, 152, 156, 157, 160, 175, 180, 203, 204, 206, 215

C

Cavaleiros 57, 64
Cidade 34, 35, 55, 59, 60, 63, 65, 68, 74, 94, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 140, 147, 183, 185, 248, 263
Ciências 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 99, 101, 103, 111, 119, 120, 140, 159, 160, 171, 172, 197, 209, 217, 218, 230, 233, 236, 245, 252, 261, 264, 265, 267, 269
Ciências humanas 111, 171, 197, 217, 233
Composição 1, 3, 4, 5, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 123, 127
Criminalização 197, 198, 201

D

Deficiências 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 194
Diálogo 1, 2, 6, 8, 11, 17, 26, 76, 114, 116, 170, 260
Direitos humanos 99, 112, 197, 200, 201, 202, 204, 208, 209, 212, 260, 263, 264, 269

E

Eficácia 203, 206, 211
Elites 218, 219, 224, 225, 228, 234
Ensino fundamental 71, 74, 75, 82, 94, 112, 121, 124, 125, 134, 151, 238, 243
Escrita 9, 10, 12, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 25, 32, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 77, 79, 80, 92, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 251

G

Gestão 41, 74, 75, 105, 112, 117, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 149, 159, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 189, 194, 195, 218, 220, 224, 228, 231, 234

I

Identidade 9, 10, 22, 24, 25, 53, 55, 74, 99, 112, 115, 122, 134, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 157, 168, 206, 210, 215, 269
Inserção 67, 95, 97, 124, 140, 141, 142, 159, 167, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 219, 222, 224, 228, 233, 255
Interpretação 9, 10, 11, 12, 13, 15, 20, 22, 24, 25, 31, 38, 39, 42, 52, 53, 64, 68, 73, 93, 103, 147, 164, 207, 213, 215

J

Jesuítas 57, 59, 61, 63, 69, 147, 252

L

Língua inglesa 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Livro didático 73, 99, 121, 125, 126, 130

M

Mulher 137, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217

N

Narrativa 1, 2, 5, 7, 8, 59, 114, 135, 139, 204, 206, 213, 214, 217

Negro 121, 122, 123, 124, 127, 128, 130, 131

O

Oralidade 8, 9

P

Poder econômico 87, 218, 226

Poesia 1, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 247

Políticas públicas 103, 107, 112, 114, 117, 119, 121, 125, 128, 134, 138, 142, 143, 146, 198, 207, 209, 214, 215, 216, 218, 222, 225, 269

Produção 1, 4, 6, 9, 11, 12, 13, 23, 25, 26, 29, 39, 42, 46, 67, 69, 90, 101, 102, 103, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 132, 135, 136, 148, 151, 156, 158, 165, 207, 230, 249, 252, 259, 260, 264, 265, 266

Projeto de extensão 27, 34, 35, 159

R

Representações sociais 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172

S

Saúde 80, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 117, 125, 142, 159, 160, 161, 170, 172, 178, 187, 197, 202, 203, 204, 206, 208, 209, 212, 216, 217, 241, 243, 244, 252

Substâncias psicoativas 197, 198, 199, 200, 201, 202

Sujeito 8, 42, 63, 72, 74, 78, 80, 112, 114, 122, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 157, 162, 163, 165, 167, 263, 264, 266, 267

T

Tecnologia 1, 24, 43, 63, 83, 89, 95, 96, 120, 173, 183, 245, 252

U

Universidades públicas 132, 138, 139

V

Violência doméstica 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

